

Reforma universitária: política de governo ou de estado?

por Maurício Garcia* (30/01/2005)

A divulgação da proposta do MEC para reforma da educação superior, em 6 de dezembro do ano passado é uma ótima oportunidade para serem discutidos alguns aspectos interessantes sobre o assunto. Vale usar, assim, o farto material disponibilizado pelo MEC em seu site específico¹ sobre a reforma. Das diversas informações lá veiculadas, destaca-se, inicialmente, a fala de um professor da Universidade Federal de São Carlos, segundo o qual "nunca se teve no Brasil um debate tão aberto e democrático"². O que chama a atenção, todavia, é a participação marginal, praticamente simbólica, de representantes do ensino superior privado nesta discussão. Como pode ser democrático um debate com um importante segmento do setor deliberadamente excluído do processo? Como não ser intencional a exclusão de um setor que responde por 89% das instituições de ensino, 66% dos cursos de graduação e 71% das matrículas no Brasil, segundo dados do próprio MEC³?

Vejamos alguns exemplos dessa exclusão. O dito professor acima manifestou sua fala em uma reunião da comissão executiva da reforma universitária, realizada no último dia 27 de janeiro. Desta comissão participam representantes de ministérios e de outros órgãos do governo, além de dirigentes das "principais" universidades do País (UFRJ, UERJ, UNICAMP, UFAM, UFPR, UFRGS, UFBA, UFG, UFJF, UFSCar, UFF, UFPE e UFMG). Das instituições privadas, apenas uma solitária representante: PUC-SP. Outra comissão importante, a CONAES (Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior), é presidida por um professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, de seus 13 membros, não há nenhum originalmente de instituição privada.

O Secretário Executivo do MEC, Fernando Haddad, é professor da Universidade de São Paulo. O Secretário de Educação Superior, Nelson Maculan, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O presidente do INEP, Eliezer Pacheco, é professor da rede pública no Rio Grande do Sul. O presidente da CAPES, Jorge Almeida Guimarães, é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O presidente do CNE (Conselho Nacional de Educação), Roberto Cláudio Frota Bezerra, é professor da Universidade Federal do Ceará. Se formos a outros escalões, a lista se torna enorme.

Será que não existem pessoas gabaritadas no ensino superior privado para ocupar alguma dessas posições? Será que nem nas diversas comissões do MEC, existem pessoas do ensino superior privado aptas a dar alguma contribuição?

Ao meu ver, essa omissão não é casual. Na melhor das hipóteses, é apenas uma discriminação a um setor taxado de "mercantilista", "gerador de lucros enormes" e sem compromisso com a qualidade e com a formação do aluno. É muito triste ver setores do governo afirmar ser necessário acabar com a "privataria" na educação superior. Essa discriminação se torna clara, por exemplo, no site da reforma do MEC, onde pode ser encontrado um fórum para discutir como "impedir a mercantilização do ensino superior". No próprio fórum, encontra-se clara a posição do MEC que quer evitar a "proliferação de instituições caça-níqueis, cujo único objetivo é a obtenção de

¹ Disponível em <http://www.mec.gov.br/reforma>

² Disponível em http://www.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=7991

³ Censo 2003 – INEP/MEC – Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior>

lucros exorbitantes”⁴. Trata-se de uma postura revanchista, que coloca todas instituições privadas na mesma condição e depõe institucionalmente contra o segmento. Por que não foi criado, por exemplo, um fórum para “Como ajudar a melhorar a qualidade nas instituições privadas que necessitam”? Seria uma postura muito mais positiva.

É inacreditável que um governo que se auto-intitula popular e comprometido com os segmentos menos favorecidos da população, adote posturas que apontem exatamente para o lado oposto, para manter o sistema universitário como sempre foi, voltado para a formação dos filhos das elites, que não pagam por seus estudos e que vão trabalhar como profissionais liberais ou em grandes corporações capitalistas. De outro lado, os menos afortunados precisam dar duro o dia todo em seu trabalho, para à noite poder estudar em uma instituição privada. O sistema não poderia ser mais perverso.

O Brasil tem menos de 4 milhões de estudantes universitários, mas precisaria ter quase o dobro disso para ter uma taxa de escolarização universitária semelhante a da Bolívia. Seriam necessárias muito mais vagas para ficar próximo da Argentina ou do Chile e não preciso nem dizer do que seria necessário para nos aproximarmos dos EUA, Canadá ou Europa. Enquanto isso, o MEC agita sua bandeira populista do programa “Universidade para Todos” (ProUni), um engodo que nas melhores projeções irá criar apenas 100 mil vagas, uma gota no oceano das milhões necessárias. De forma alguma ele considera tocar nas suas próprias feridas, como a cobrança de mensalidades nas instituições públicas, ou no fim da estabilidade e controle de produtividade dos seus docentes.

É inadmissível, dessa forma, ouvir a expressão “proliferação indiscriminada de universidades”. Deveríamos nos orgulhar disso, de ter uma em cada esquina. São instituições educacionais, onde as pessoas estão estudando, se aprimorando. Não são prostíbulos ou cassinos. Por que não se fala em “proliferação indiscriminada de creches”, “proliferação indiscriminada de hospitais” ou mesmo “proliferação indiscriminada de escolas de ensino básico”? Por que, para o setor de infra-estrutura, o segmento privado é tão bem recebido, através das chamadas PPPs (parcerias público-privadas)? Por que não se ouve do MEC a palavra “parceria” para o ensino superior?

Ao invés disso, o que se ouve são fantasias alucinadas como eleição direta para os executivos de instituições privadas, limitação do poder dos acionistas a no máximo 20% nas decisões, gratuidade obrigatória na inscrição dos processos seletivos para aqueles que não podem pagar e outros absurdos semelhantes.

Trata-se, na verdade, de algo bem mais profundo que discriminação. Não é uma política de estado, é política de um governo cujos membros ainda estão presos a conceitos ultrapassados e discursos ideológicos requentados, como personagens saídos das cenas de um “Dr. Jivago”.

* *Maurício Garcia (mgarcia@anhembibr) é Vice-Reitor da Universidade Anhembi Morumbi e doutor em Patologia Experimental e Comparada pela Universidade de São Paulo.*

⁴ Disponível em http://www.mec.gov.br/reforma/forum_2.asp